

Hospital de Leiria tem plano de protecção contra incêndios

Hospital de Leiria "em regime de prontidão total" contra incêndios

O relatório de actividades de 2007 da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde inspeccionou 96 hospitais, tendo detectado que 43 unidades não possuem um plano contra incêndios. Na cidade de Leiria, todos os planos estão "em regime de prontidão total"

Helena Amaro com Lusa

■ O Hospital de Santo André, em Leiria, está entre as unidades hospitalares que possuem Planos de Emergência Interna. A garantia foi dada ontem ao nosso jornal, depois de a Inspeção-Geral das Actividades em Saúde ter dado a conhecer o seu relatório de actividades, onde conclui que 43 hospitais não possuem planos de emergência para responder a situações de incêndio.

Em resposta ao solicitado pelo Diário de Leiria, a administração do Hospital da cidade do Lis faz saber que, além do Plano de Emergência Interna, dispõe ainda de um Plano de Catástrofe desde 2004. Os dois documentos, adianta, foram elaborados por uma empresa especializada, contratada para o efeito, e que "estão, neste momento, em actualização, por forma a enquadrarem-se no projecto de acreditação pela Joint Commission

International". Este processo de acreditação, "a que o Hospital voluntariamente se candidatou e cuja implementação está em curso", abrange ainda as questões de segurança.

A administração adianta que o plano foi activado em Agosto de 2005, na sequência da activação do Plano Distrital de Emergência, pelo que "estabelece mecanismos de articulação com várias entidades exteriores".

Por outro lado, o Hospital faz saber que, a par do processo de actualização em curso, uma das áreas "mais sensíveis" como a rede de combate a incêndios, "foi revista em 2007 e está em regime de prontidão total, com capacidade de resposta mais alta que pode ser assegurada".

A Inspeção-Geral das Actividades em Saúde envolveu 96 estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde. De acordo com o relatório, 43 unidades não dispõem de Plano de



INCÊNDIOS Hospital de Leiria garante operacionalidade de plano

Prevenção e Combate a Incêndio. Dos restantes 53, apenas 14 têm os seus planos aprovados por parte do Serviço Nacional de Bombeiros. Destes, apenas três estabelecimentos afirmaram ter sido alvo de vistorias pelos bom-

beiros e nove afirmaram ter efectuado simulacros de emergência interna contra incêndios.

Quanto aos Planos de Catástrofe, dos 96 hospitais inquiridos, 55 ainda não possuem o documento elaborado.

Despesas não orçamentadas no Hospital de Pombal

A Inspeção-Geral das Actividades em Saúde nas várias auditorias a hospitais, entre eles Pombal, detectou algumas falhas a nível de execução orçamental, inventários e despesas com pessoal, segundo o relatório de actividades de 2007.

Nas auditorias sobre orçamento nos Hospitais Joaquim Urbano (Porto), Curry Cabral (Lisboa), Distrital de Pombal e Francisco Zagallo (Ovar), a IGAS detectou, nomeadamente, falta de fiabilidade de informação financeira na unidade portuense.

Neste hospital e no de Ovar registou-se também receita não cobrada, enquanto em Pombal existiam despesas não orçamentadas.

Em Lisboa e no Porto, refere-se "fraco controlo interno com repercussão financeira".

A quando da auditoria, o Hospital Curry Cabral tinha

fundos de maneiço não regulamentados e uma contabilização deficiente das taxas moderadoras em dívida, tal como o Hospital Francisco Zagallo.

Na unidade de Joaquim Urbano havia deficiências na cobrança de taxas moderadoras.

Com excepção do Hospital Distrital de Pombal, os inventários estavam desactualizados ou eram inexistentes.

Foram ainda registados problemas com despesas com pessoal.

Sobre o controlo da assiduidade e trabalho suplementar, refere-se que à data da inspecção apenas a unidade local de saúde de Matosinhos, com o sistema biométrico, e o Hospital de Peniche, com cartão electrónico, utilizavam sistemas exclusivamente automáticos.

Em sete estabelecimentos eram utilizadas formas mistas e nos restantes hospitais o registo era manual.